

LEIS E DECRETOS

DECRETO Nº 381, DE 19 DE MARÇO DE 2026.

Declara de Utilidade Pública e autoriza a Desapropriação do imóvel denominado: uma área de terras, no lugar denominado São José de Imbassaí, situado no 3º Distrito deste município, destacada da Área 8 A de Fulgêncio Pereira Antunes, com área de 840,00 m², e perímetro de 119,00m, medindo 32,00m de frente para a Travessa Preciosa; igual largura na linha dos fundos que confronta com a área 9 A de Fulgêncio Pereira Antunes: 30,00m de extensão pelo lado direito com parte da área 8 A de Fulgêncio Pereira Antunes, e, 25,00 pelo lado esquerdo com parte da área 8 A de Fulgêncio Pereira Antunes com uma casa residencial de área total construída de 392, 36m². Inscrito no RGI 114649 de propriedade de Dayana Peixoto Parente de Menezes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 49, inciso XVIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 5º, alíneas 'g', 'h' e 'm' do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via administrativa ou judicial os imóveis denominados de: área de terras, no lugar denominado São José de Imbassaí, situado no 3º Distrito deste município, destacada da Área 8 A de Fulgêncio Pereira Antunes, com área de 840,00 m², e perímetro de 119,00m, medindo 32,00m de frente para a Travessa

Preciosa; igual largura na linha dos fundos que confronta com a área 9 A de Fulgêncio Pereira Antunes: 30,00m de extensão pelo lado direito com parte da área 8 A de Fulgêncio Pereira Antunes, e, 25,00 pelo lado esquerdo com parte da área 8 A de Fulgêncio Pereira Antunes com uma casa residencial de área total construída de 392, 36m², inscrito no RGI sob o número 114649, de propriedade Dayana Peixoto Parente de Menezes inscrita no CPF: ***.***.***-00, para finalidade pública de construção de Unidade Escolar Municipal de Educação Básica.

Art. 2º Fica autorizada a Procuradoria Geral do Município a proceder a desapropriação via administrativa ou judicial a Área descrita no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada, após publicação do ato, a tomar as providências cabíveis, devendo proceder as anotações e averbações de acordo com a Lei 6.015/73.

Art. 4º O imóvel a ser desapropriado será utilizado para a Unidade Escolar da Educação Básica.

Art. 5º As despesas decorrentes desta desapropriação ficarão por conta do orçamento vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 19 dias do mês de março de 2026.

Washington Luiz Cardoso Siqueira

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

DECRETO Nº 382, de 20/03/2026.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO VALOR DE R\$ 226.400,00 (DUZENTOS E VINTE E SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO EM VIGOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

a Lei 3.679, de 10 de dezembro de 2025, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2026;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos Créditos Suplementares no valor global de R\$ 226.400,00 (DUZENTOS E VINTE E SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS) para reforço de dotações orçamentárias sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Título				
40 – ISSM - Instituto de Seguridade Social de Maricá	3 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	9.122.62.2237	MANUT E OPER ATIV ADMINISTRATIVAS ISSM	3.3.5.0.85	2802	22839	R\$ 4.550,00
21 – SECRETARIA DE TURISMO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E MERCA	1 - GABINETE DO SECRETÁRIO	4.122.1.2001	MANUTENÇÃO E OPERAC. DAS ATIV. ADMINIST.	3.3.9.0.39	1704	20490	R\$ 221.850,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTADOS:							R\$ 226.400,00

Art. 2º - Os Créditos de que trata o artigo anterior, observado o disposto no Inciso III, § 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e o disposto no Inciso I, art 10, da Lei 3.679, de 10 de dezembro de 2025, serão compensados por meio das seguintes reduções orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Anulado
Órgão	Unidade	Código	Título				
40 – ISSM - Instituto de Seguridade Social de Maricá	3 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	9.122.62.2237	MANUT E OPER ATIV ADMINISTRATIVAS ISSM	3.1.9.1.96	2802	19605	R\$ 4.550,00
21 – SECRETARIA DE TURISMO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E MERCA	1 - GABINETE DO SECRETÁRIO	4.122.1.2001	MANUTENÇÃO E OPERAC. DAS ATIV. ADMINIST.	3.3.9.0.36	1704	21904	R\$ 221.850,00
TOTAL DOS CRÉDITOS ANULADOS POR REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:							R\$ 226.400,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 383, de 20/03/2026

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS NO VALOR DE R\$ 4.906.420,20 (QUATRO MILHÕES, NOVECIENTOS E SEIS MIL, QUATROCENTOS E VINTE REAIS E VINTE CENTAVOS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO EM VIGOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

a Lei 3.679, de 10 de dezembro de 2025, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2026;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos Créditos Adicionais Especiais no valor global de R\$ 4.906.420,20 (QUATRO MILHÕES, NOVECIENTOS E SEIS MIL, QUATROCENTOS E VINTE REAIS E VINTE CENTAVOS) para reforço de dotações, orçamentárias sob a seguinte classificação econômica e programática:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Suplementado
Órgão	Unidade	Código	Título				
17 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1 - GABINETE DO SECRETÁRIO	12.362.8.2128	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.1.9.0.11	1573	22948	R\$ 4.000.000,00

17 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1 - GABINETE DO SECRETÁRIO	12.362.8.2128	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.3.9.0.49	1573	22950	R\$ 10.000,00
17 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1 - GABINETE DO SECRETÁRIO	12.361.8.1066	AMPLIAÇÃO E REFORMA - EDUCAÇÃO	4.4.9.0.51	2569	22947	R\$ 346.420,20
17 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1 - GABINETE DO SECRETÁRIO	12.362.8.2128	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.1.9.1.13	1573	22949	R\$ 550.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTADOS:							R\$ 4.906.420,20

Art. 2º - Os Créditos de que trata o artigo anterior, observado o disposto no Inciso III, § 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e o disposto no Inciso I, art 10, da Lei 3.679, de 10 de dezembro de 2025, serão compensados por meio das seguintes reduções orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Código Reduzido	Valor Anulado
Órgão	Unidade	Código	Título				
17 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1 - GABINETE DO SECRETÁRIO	12.361.8.2124	MANUTENÇÃO E OPERAC. - EDUCAÇÃO	3.3.9.0.30	2569	22888	R\$ 346.420,20
17 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1 - GABINETE DO SECRETÁRIO	12.361.8.2128	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.1.9.0.11	1573	19269	R\$ 4.560.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS ANULADOS POR REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:							R\$ 4.906.420,20

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA
 Prefeito Municipal de Maricá

ATOS DO PREFEITO

PORTARIA Nº 734/2026.

DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR ABANDONO DE CARGO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII da Lei Orgânica do Município de Maricá, CONSIDERANDO o disposto nos art. 154, II e 157 da Lei Complementar nº 01/1990 e, CONSIDERANDO o julgamento do Inquérito Administrativo nº 21473/2025, que decidiu pelo Abando de Emprego; CONSIDERANDO que constitui abandono de cargo a ausência injustificada ao serviço pelo período superior a 30 dias consecutivos, conforme definido no art. 154 III e 157 da Lei Complementar 001/1990;

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 21473/2025, para apurar o suposto abandono de cargo por parte da Servidora AUXILIADORA ABREU FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 6467, que exercia o Cargo de Orientadora Educacional, lotada na Secretaria de Educação e que restou comprovado nos autos do referido processo que a servidora se ausentou do serviço, sem apresentar qualquer justificativa ou requerimento de retorno, desde maio de 2010;

CONSIDERANDO as tentativas de notificação realizadas por meio de Carta AR e Edital de Convocação, sem que houvesse manifestação ou retorno por parte da servidora e o relatório final da Comissão de Inquérito Administrativo, que concluiu pela ocorrência do abandono de cargo e indicou a pena de demissão;

R E S O L V E:

Art. 1º Demitir, por Abandono de Cargo, a servidora AUXILIADORA ABREU FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 6467, que exercia o Cargo de Orientadora Educacional, lotada na Secretaria de Educação, conforme decisão da Comissão de Inquérito Administrativo, Instaurada através do Processo disciplinar nº 21473/2025, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, pelo motivo capitulado no artigo 154, II e 157 da Lei Complementar 001/1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Maricá, RJ, em 17 de março de 2026.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA
 PREFEITO

PORTARIA Nº 735/2026.

DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR ABANDONO DE CARGO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII da Lei Orgânica do Município de Maricá, CONSIDERANDO o disposto nos art. 154, II e 157 da Lei Complementar nº 01/1990 e, CONSIDERANDO o julgamento do Inquérito Administrativo nº 21460/2025, que decidiu pelo Abando de Emprego;

CONSIDERANDO que constitui abandono de cargo a ausência injustificada ao serviço pelo período superior a 30 dias consecutivos, conforme definido no art. 154 III e 157 da Lei Complementar 001/1990;

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 21460/2025, para apurar o suposto abandono de cargo por parte do Servidor ANDERSON BRAGA DE SOUZA, matrícula nº 6582, que exercia o Cargo de Inspetor de Alunos, lotado na Secretaria de Educação

e que restou comprovado nos autos do referido processo que o servidor se ausentou do serviço, sem apresentar qualquer justificativa ou requerimento de retorno, desde janeiro de 2011;

CONSIDERANDO as tentativas de notificação realizadas por meio de Carta AR e Edital de Convocação, sem que houvesse manifestação ou retorno por parte do servidor e o relatório final da Comissão de Inquérito Administrativo, que concluiu pela ocorrência do abandono de cargo e indicou a pena de demissão;

R E S O L V E:

Art. 1º Demitir, por Abandono de Cargo, o servidor ANDERSON BRAGA DE SOUZA, matrícula nº 6582, que exercia o Cargo de Inspetor de Alunos, lotado na Secretaria de Educação, conforme decisão da Comissão de Inquérito Administrativo, Instaurada através do Processo disciplinar nº 21460/2025, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, pelo motivo capitulado no artigo 154, II e 157 da Lei Complementar 001/1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Maricá, RJ, em 17 de março de 2026.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA
 PREFEITO

PORTARIA Nº 736/2026.

DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR ABANDONO DE CARGO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII da Lei Orgânica do Município de Maricá, CONSIDERANDO o disposto nos art. 154, II e 157 da Lei Complementar nº 01/1990 e, CONSIDERANDO o julgamento do Inquérito Administrativo nº 21503/2025, que decidiu pelo Abando de Emprego;

CONSIDERANDO que constitui abandono de cargo a ausência injustificada ao serviço pelo período superior a 30 dias consecutivos, conforme definido no art. 154 III e 157 da Lei Complementar 001/1990;

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 21503/2025, para apurar o suposto abandono de cargo por parte da Servidora ANDREIA FERREIRA SANTOS, matrícula nº 6624, que exercia o Cargo de Professor Docente I, lotada na Secretaria de Educação e que restou comprovado nos autos do referido processo que a servidora se ausentou do serviço, sem apresentar qualquer justificativa ou requerimento de retorno, desde março de 2015;

CONSIDERANDO as tentativas de notificação realizadas por meio de Carta AR e Edital de Convocação, sem que houvesse manifestação ou retorno por parte da servidora e o relatório final da Comissão de Inquérito Administrativo, que concluiu pela ocorrência do abandono de cargo e indicou a pena de demissão;

R E S O L V E:

Art. 1º Demitir, por Abandono de Cargo, a servidora ANDREIA FERREIRA SANTOS, matrícula nº 6624, que exercia o Cargo de Professor Docente I, lotada na Secretaria de Educação, conforme decisão da Comissão de Inquérito Administrativo, Instaurada através do Processo disciplinar nº 21503/2025, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, pelo motivo capitulado no artigo 154, II e 157 da Lei Complementar 001/1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Maricá, RJ, em 17 de março de 2026.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA
 PREFEITO